

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

**CAYQUE SANTOS FARAY**

**ANÁLISE DO PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL NO MINISTÉRIO  
PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO.**

São Luís

2020

**CAYQUE SANTOS FARAY**

**ANÁLISE DO PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL NO MINISTÉRIO  
PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO.**

Trabalho de conclusão de curso, na modalidade de artigo, apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração da Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Me. Amanda Ferreira Aboud De Andrade

São Luís

2020

Faray, Cayque Santos.

ANÁLISE DO PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL  
NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO /  
Cayque Santos Faray. – 2020.  
33 f.

Orientador (a): Prof<sup>a</sup>. Me. Amanda Ferreira Aboud de  
Andrade.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de  
Administração, Universidade Federal do Maranhão, São Luís,  
2020.

1. Gestão Ambiental. 2. Projetos sustentáveis. 3. Ministério  
Público. I. Andrade, Amanda Ferreira Aboud de. II. Título.

**CAYQUE SANTOS FARAY**

**ANÁLISE DO PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL NO MINISTÉRIO  
PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO.**

Trabalho de conclusão de curso, na modalidade de artigo, apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração da Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

Aprovado em: 14 / 12 /2020.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof<sup>a</sup>. Amanda Ferreira Aboud De Andrade (orientadora)

Me. em Administração

Universidade Federal do Maranhão

Prof. Walber Lins Pontes

Dr. em Informática na Educação

Universidade Federal do Maranhão

Prof. João Maurício Carvalho Beserra

Me. em Administração e Controladoria

Universidade Federal do Maranhão

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, pois com ele tudo é possível. Agradeço também por me guiar para o caminho da paciência nos momentos difíceis.

Aos meus pais e irmão, pilares da minha família e por todo apoio e incentivo nesta jornada.

A minha orientadora, Me. Amanda Ferreira Aboud De Andrade, por ter aceitado trilhar esse caminho, na criação desta pesquisa.

A minha chefe Maria de Fátima Moraes, as servidoras Lúcia Helena, Géssica Poliana, a Procuradora de Justiça Dra. Mariléa Campos, ao Promotor de Justiça Dr. Joaquim Ribeiro, ao Assessor Especial do Procurador-Geral Dr. Luiz Alberto e demais servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão, que ajudaram com dicas e documentos sobre o programa de gestão ambiental.

E aos meus amigos, que trilharam comigo e me ajudaram nessa jornada na UFMA.

“A natureza pode suprir todas as necessidades  
do homem, menos a sua ganância”

Mahatma Gandhi

## RESUMO

A crescente preocupação com o meio ambiente tem tornado cada vez mais necessária a utilização da gestão ambiental nas organizações público e privado, dessa forma, o Ministério Público, como defensor do Meio Ambiente, criou o Programa de Gestão Ambiental Sustentável. O objetivo principal deste estudo é analisar os impactos gerados pela implantação do programa de gestão ambiental, no período de 2016 a 2019, para isso, têm como objetivos específicos sistematizar conceitos e aplicações de gestão ambiental, com foco nas boas práticas de gestão de programas ambientais; apresentar o Programa de Gestão Sustentável do Ministério Público do Estado do Maranhão e sua implantação; e medir os impactos financeiros, o engajamento e a impressão geral dos envolvidos com a implantação do programa, no período de 2016 a 2019. A metodologia é fundamentada em referencial bibliográficos, livros, monografias, artigos e documentos do Ministério Público, sendo caracterizada como pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa e qualitativa, como meio de investigação, estudo de caso. Para coleta de dados foram utilizados pesquisa de campo com questionário e pesquisa documental. Conforme analisado, percebeu-se uma economia com materiais de quase R\$ 60 mil, entre 2017 e 2018, mas entre os anos seguintes de 2018 e 2019, houve um leve aumento. Quanto ao questionário, foi possível perceber que a maioria dos participantes praticam alguma ação sustentável e de acordo com eles, o programa precisa melhorar principalmente na divulgação e envolvimento das pessoas que trabalham na instituição.

**Palavras-chave:** Gestão Ambiental. Projetos sustentáveis. Ministério Público.

## ABSTRACT

The growing concern with the environment has become increasingly necessary to use environmental management in public and private organizations, thus, the Prosecution Service, as a defender of the Environment, created the Sustainable Environmental Management Program. The main objective of this study is to analyze the impacts generated by the implementation of the environmental management program, in the period from 2016 to 2019, for this purpose its specific objectives are to systematize environmental management concepts and applications, focusing on good practices in the management of environmental programs; present the Sustainable Management Program of the State Prosecution Service of Maranhão and its implementation; and measure the financial impacts, engagement and general impression of those involved with the implementation of the program, in the period from 2016 to 2019. The methodology is based on bibliographic references, books, monographs, articles and documents from the Prosecution Service, being characterized as descriptive research, with quantitative and qualitative approach, as a means of investigation, case study. For data collection, field research with questionnaire and documentary research were used. As analyzed, there was an economy with materials of almost R\$ 60 thousand, between 2017 and 2018, but between the following years of 2018 and 2019, there was a slight increase. As for the questionnaire, it was possible to notice that most participants practice some sustainable action and according to them, the program needs to improve mainly in the dissemination and involvement of the people who work at the institution.

**Keywords:** Environmental management. Sustainable projects. Prosecution Service.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 – Consumo semestral de corpos descartáveis (pacote com 100 unidades).....	18
Tabela 2 – Consumo semestral de água mineral em copo de 200 ml (unidade).....	18
Tabela 3 – Consumo semestral de resma papel A4.....	18
Tabela 4 – Consumo semestral de toner Samsung modelo 3710 (unidade).....	19
Tabela 5 – Consumo semestral de toner Samsung modelo 3750 (unidade).....	19
Tabela 6 – Gastos com itens de 2017 a 2019.....	20
Gráfico 1 – Gastos anuais da Procuradoria Geral de Justiça e Promotorias da Capital e Interior.....	20
Gráfico 2 – Idade.....	21
Gráfico 3 – Cargo.....	22
Gráfico 4 – Ações sustentáveis praticadas no Ministério Público do Estado do Maranhão....	22
Gráfico 5 – Ações sustentáveis praticadas em casa.....	23
Gráfico 6 – Práticas ambientais conhecidas pelos respondentes que são realizadas no Ministério Público do Estado do Maranhão.....	24
Gráfico 7 – Avaliações.....	25

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
2	<b>GESTÃO AMBIENTAL .....</b>	<b>11</b>
2.1	<b>Relatório de sustentabilidade e modelos de gestão ambiental .....</b>	<b>11</b>
3	<b>GESTÃO DE PROJETOS .....</b>	<b>13</b>
4	<b>MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO .....</b>	<b>14</b>
4.1	<b>Programa de gestão ambiental no Ministério Público do Estado do Maranhão .....</b>	<b>15</b>
5	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>16</b>
6	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>17</b>
6.1	<b>Impactos financeiros.....</b>	<b>17</b>
6.2	<b>Percepção dos envolvidos quanto ao programa .....</b>	<b>20</b>
7	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>25</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>26</b>
	<b>APÊNDICE A – MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO.....</b>	<b>29</b>

## ANÁLISE DO PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Cayque Santos Faray<sup>1</sup>  
Amanda Ferreira Aboud De Andrade<sup>2</sup>

**Resumo:** A crescente preocupação com o meio ambiente tem tornado cada vez mais necessária a utilização da gestão ambiental nas organizações público e privado, dessa forma, o Ministério Público, com o defensor do Meio Ambiente, criou o Programa de Gestão Ambiental Sustentável. O objetivo principal deste estudo é analisar os impactos gerados pela implantação do programa de gestão ambiental, no período de 2016 a 2019, para isso têm como objetivos específicos sistematizar conceitos e aplicações de gestão ambiental, com foco nas boas práticas de gestão de programas ambientais; apresentar o Programa de Gestão Sustentável do Ministério Público do Estado do Maranhão e sua implantação; e medir os impactos financeiros, o engajamento e a impressão geral dos envolvidos com a implantação do programa, no período de 2016 a 2019. A metodologia é fundamentada em referencial bibliográficos, livros, monografias, artigos e documentos do Ministério Público, sendo caracterizada como pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa e qualitativa, como meio de investigação, estudo de caso. Para coleta de dados foram utilizados pesquisa de campo com questionário e pesquisa documental. Conforme analisado, percebeu-se uma economia com materiais de quase R\$ 60 mil, entre 2017 e 2018, mas entre os anos seguintes de 2018 e 2019, houve um leve aumento. Quanto ao questionário, foi possível perceber que a maioria dos participantes praticam alguma ação sustentável e de acordo com eles, o programa precisa melhorar principalmente na divulgação e envolvimento das pessoas que trabalham na instituição.

**Palavras-chave:** Gestão Ambiental. Projetos sustentáveis. Ministério Público.

**Abstract:** The growing concern with the environment has become it increasingly necessary to use environmental management in public and private organizations, thus, the Prosecution Service, as a defender of the Environment, created the Sustainable Environmental Management Program. The main objective of this study is to analyze the impacts generated by the implementation of the environmental management program, in the period from 2016 to 2019, for this purpose its specific objectives are to systematize environmental management concepts and applications, focusing on good practices in the management of environmental programs; present the Sustainable Management Program of the State Prosecution Service of Maranhão and its implementation; and measure the financial impacts, engagement and general impression of those involved with the implementation of the program, in the period from 2016 to 2019. The methodology is based on bibliographic references, books, monographs, articles and documents from the Prosecution Service, being characterized as descriptive research, with quantitative and qualitative approach, as a means of investigation, case study. For data collection, field research with questionnaire and documentary research were used. As analyzed, there was an economy with materials of almost R\$ 60 thousand, between 2017 and 2018, but between the following years of 2018 and 2019, there was a slight increase. As for the questionnaire, it was possible to notice that most participants practice some sustainable action and according to them, the program needs to improve mainly in the dissemination and involvement of the people who work at the institution.

**Keywords:** Environmental management. Sustainable projects. Prosecution Service.

### 1 INTRODUÇÃO

A preocupação com o meio ambiente e preservação de recursos não é de hoje. Na era medieval, apesar de que ainda não existiam preocupações para a defesa do meio ambiente, já havia discussões acerca do esgotamento dos recursos e a partir da Revolução Industrial começaram ações para o combate a poluição. Em 1872, foi criado o primeiro parque nacional do Mundo, o de *Yellowstone*, pois naquela época já ocorriam vários debates acerca da criação de áreas de proteção para preservação da vida selvagem (BARBIERI, 2016).

---

<sup>1</sup> Aluno do Curso de Administração/UFMA. Artigo apresentado para a disciplina de TCC II, na data de 14/12/2020, na cidade de São Luis/MA. Endereço eletrônico para contato: [cayquefaray@hotmail.com];

<sup>2</sup> Professora Orientadora. Me. em Administração. Departamento de Ciências Contábeis, Imobiliárias e Administração/UFMA. Endereço eletrônico para contato: [amandafa85@hotmail.com]

Em 1972, ocorreu a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, sediada em Estocolmo, Suécia, no qual marcou a primeira agenda ambiental, reunindo 113 países, incluindo o Brasil. A Conferência de Estocolmo teve como objetivo discutir as políticas de desenvolvimento humano em conjunto com a preservação dos recursos naturais. A partir da Conferência de Estocolmo, surgiu a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, responsável pela elaboração de documentos, entre eles, a que recomendava a convocação da Eco-92 (SENADO, [2015?]). A Comissão também foi responsável pela criação do conceito de desenvolvimento sustentável, no qual consiste na harmonia entre desenvolvimento econômico, social e preservação ambiental.

Seguindo a recomendação, em 1992, ocorreu na cidade do Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92 ou Rio 92. A Eco-92 tinha como objetivo discutir entre os Chefes de Estado medidas para reduzir a degradação ambiental. Entre os acordos estabelecidos, está a Agenda 21 (MENEGETTI, 2012).

Agenda 21 é um documento assinado por 179 países e define dimensões sociais, ambientais e econômica, dividida em 4 sessões em 40 capítulos. Em 2015, em reunião para avaliar a Agenda 21, surgiu a Agenda 2030, que é um plano de ação destinado ao governo, sociedade, empresa e todos os cidadãos, no qual indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas, possuindo três dimensões do desenvolvimento sustentável, sendo a econômica, ambiental e social (PLATAFORMA AGENDA 2030, [2017?]).

Com as mudanças sociais, as organizações do setor público e privado, passaram a ter um grande papel na sustentabilidade, dessa forma, uma organização pode adotar um conjunto de ações que podem gerar, ao mesmo tempo, crescimento econômico, aliado a preservação ambiental. Com isso, surge cada vez mais a necessidade de as organizações adotarem a gestão ambiental, sendo por motivos de legislação ou estratégia.

Diante disso, o Ministério Público do Estado do Maranhão considerando que a Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seu art. 225, §1º, VI, impõe ao Poder Público “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” e a Recomendação nº 6 do Conselho Nacional do Ministério Público (BRASIL, 2007), recomenda a adoção de práticas e gestão sustentável aos Ministérios Públicos da União e dos Estados, o Ministério Público do Estado do Maranhão, como instituição pública em defesa do meio ambiente, colocando-se em referência ao tema, instituiu em 2016, o Programa de Gestão Ambiental Sustentável, com o objetivo de sensibilizar seus membros e servidores a preservar o meio ambiente.

A partir desse contexto, a pesquisa tem por problema a seguinte questão: Quais foram os impactos gerados pela implantação do programa de gestão ambiental no Ministério Público do Estado do Maranhão, no período de 2016 a 2019? Para tanto, este artigo tem como principal objetivo, analisar quais foram os impactos gerados pela implantação do programa de gestão ambiental no Ministério Público do Estado do Maranhão, no período de 2016 a 2019, para isso, têm como objetivos específicos, sistematizar conceitos e aplicações de gestão ambiental, com foco nas boas práticas de gestão de programas ambientais; apresentar o Programa de Gestão Sustentável do Ministério Público do Estado do Maranhão e sua implantação; e medir os impactos financeiros, o engajamento e a impressão geral dos envolvidos com a implantação do programa, no período de 2016 a 2019.

A metodologia é fundamentada em referencial bibliográficos livros, monografias, artigos e documentos do Ministério Público. Esta pesquisa é caracterizada como pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa e qualitativa, como meio de investigação, estudo de caso. Para coleta de dados foram utilizados pesquisa de campo com questionário e pesquisa documental.

O artigo está dividido em introdução, em seguida, pelo referencial teórico sobre o tema, após, a metodologia utilizada na pesquisa e os resultados obtidos, por fim, as considerações finais do presente estudo.

## **2 GESTÃO AMBIENTAL**

A gestão ambiental está relacionada as atividades que uma organização realiza com o objetivo de reduzir, eliminar ou compensar danos ambientais gerados pela organização, assim como evitá-los que ocorram futuramente. O início da gestão ambiental remonta do período medieval, onde havia uma preocupação em preservar os recursos naturais de um país, tal preocupação não estava relacionada a possíveis danos que poderiam causar ao meio ambiente, mas para a futura utilização desses recursos (BARBIERI, 2016).

A consciência ambiental começou a crescer a partir do pós-guerra, no qual começa a crescer movimentos ambientalistas. Segundo Barbieri (2016), a preocupação com o meio ambiente por parte da população ao redor do mundo aumentou exponencialmente após diversas catástrofes ambientais de grande proporção e a divulgação de diversas pesquisas com as futuras consequências dessas catástrofes.

Segundo Drunn et al. (2011), a prática da gestão ambiental, além da preocupação com a escassez dos recursos, tem como o objetivo a reeducação ambiental, dessa forma, a gestão ambiental permite a uma organização, atingir a sua meta de desempenho e promover melhorias, gerando benefício mútuo ao meio ambiente e a organização.

Colocar em prática as normas de gestão além da verdadeira preocupação com a escassez de nossos recursos é o principal objetivo por parte da reeducação ambiental. O Sistema de Gestão Ambiental permite que a organização atinja o nível de desempenho por ela determinado e promova sua melhoria contínua ao longo do tempo, gerando um benefício mutuo aos recursos ambientais e aos negócios da empresa.

A gestão ambiental nas organizações resulta em melhores práticas e processos que beneficiam tanto a organização quanto o meio ambiente, seja no cumprimento da legislação, alocação correta de recursos e eliminação ou redução dos impactos ambientais ligadas a atividade realizada pela organização.

Segundo Jabbour e Jabbour (2009) e Jabbour (2010), (apud Jabbour, Teixeira e Jabbour, 2013), considera que as organizações passam por três estágios de gestão ambiental, sendo eles:

- Reativo – Nesse estágio as organizações atuam apenas para atender a legislação, tendo como foco o programa de gestão ambiental, a eliminação ou redução de problemas ambientais;
- Preventivo – O foco nesse estágio é a otimização dos recursos naturais. O programa de gestão ambiental costuma ter a maior importância na estrutura da organização, além de ser discutida entre as áreas organizacionais;
- Proativo – Neste último estágio, a organização trata a questão ambiental de forma estratégica para criar uma vantagem competitiva. O programa de gestão ambiental nessas organizações chega a ser mais atuante, tendo suas ações em conjunto das demais áreas.

É importante ressaltar que nem todos passam pelos mesmos estágios, ou seja, podem se encontrar em estágios mais avançados.

### **2.1 Relatório de sustentabilidade e modelos de gestão ambiental**

Os modelos de gestão ambiental têm como objetivo fundamental, orientar as atividades administrativas e operacionais para que estejam alinhados com a ideia de gestão ambiental, podendo ser realizado por diversas empresas, de diversas áreas.

Barbieri (2016) apresenta quatro tipos de modelos, sendo eles:

- Gestão da qualidade total, no qual a principal característica está na extensão das práticas de gestão da qualidade para a gestão ambiental, tendo como ponto forte a mobilização da organização e dos *stakeholders* e ponto fraco a necessidade de se manter a mobilização contínua para manter a motivação inicial.
- Produção Mais Limpa tem como característica de estratégia ambiental, seguir uma sequência de prioridades, tendo como princípio a redução de resíduos e emissões de poluentes. Apresenta como ponto forte a redução de resíduos e a substituição de materiais perigosos. O seu ponto fraco está no grande investimento para a continuação a longo prazo do programa.
- A ecoeficiência baseia-se na eficiência da utilização dos recursos naturais. Com esse programa, tem-se a redução de materiais e energia na fabricação de produtos e serviço, além de alongar a vida útil dos produtos. O ponto fraco da ecoeficiência está relacionado ao investimento em desenvolvimento tecnológico e que seus clientes sejam ambientalmente responsáveis.
- Projetos para o meio ambiente tem como objetivo, levar em consideração os impactos ambientais causados por um processo ou projeto de um produto. Como ponto positivo, os produtos em sua concepção, levam em consideração os impactos ambientais. Como ponto negativo, por concorrer com outros produtos iguais, tem o risco do produto concorrente ter um preço mais atraente por não levar em conta os impactos ambientais na sua concepção.

Costa Filho e Rosa (2017) e Barbieri (2016) também abordam sobre o modelo de gestão ambiental da *Internacional Organization for Standardization* – ISO, com foco na série de normas ISO 14000. A ISO 14000 são normas de gestão ambiental construída com elevado consenso internacional, sendo que elas não são consideradas impeditivos para as organizações, pois possui um sistema de gestão ambiental eficaz, que permite que possa ser integrada a outros sistemas, possibilitando atingir os objetivos econômicos e ambientais.

Uma organização pode obter a certificação da ISO 14001 caso ela desenvolva um Sistema de Gestão Ambiental conforme os requisitos da seção 4, da ISO 14001 (COSTA FILHO; ROSA, 2017). Essa certificação demonstra para a sociedade que a organização realiza uma gestão sustentável e para a organização, aumenta a visibilidade do seu negócio no mercado nacional e internacional.

Os relatórios de sustentabilidade têm como objetivo apresentar a sociedade os resultados da ação de determinada organização sobre os impactos ambientais, econômicos e sociais.

Conforme Campos et al. (2013), existem três tipos de relatórios de sustentabilidade:

- Relatórios sociais – são balanços sociais das atividades da organização;
- Relatórios ambientais – são relatórios voltados as questões ambientais;
- Relatórios anuais – são relatórios que contém informações sobre as questões ambientais, sociais e ética.

Desenvolvida em 1997, a *Global Reporting Initiative* – GRI é composta por indicadores e diretrizes que guiam a elaboração de relatórios. Os relatórios da GRI têm como princípio o fato que os seus relatórios de sustentabilidade tenham a mesma importância que um relatório financeiro e suas diretrizes de relatórios reflitam as três dimensões da sustentabilidade: ambiental, econômica e social (CAMPOS et al. 2013).

Os indicadores Ethos foram desenvolvidos pelo Instituto Ethos de Empresa e Responsabilidade Social, assim como o GRI, é um dos modelos mais utilizados no Brasil. Estruturados em forma de questionários, esses indicadores têm como objetivo auxiliar no desenvolvimento da Responsabilidade Social Empresarial das organizações e com o desenvolvimento sustentável (SILVA, FREIRE e SILVA, 2014).

### 3 GESTÃO DE PROJETOS

A gestão de projetos tem início desde a Antiguidade, projetos esses como a construção de uma igreja, cidades e até pirâmides, com a exceção, segundo Keeling e Branco (2017), que antigamente não se levava em conta o custo e tempo, o que atualmente são imprescindíveis.

Um projeto é um trabalho temporário a ser executado com um objetivo final bem definido, esse projeto está relacionado a um conjunto de atividades exercidos por um grupo de pessoas que trabalham em conjunto para um só objetivo a ser realizado (DUFFY, 2006).

Apesar de temporário, os resultados de um projeto podem ser permanentes. Um projeto pode ser aplicado em diversas áreas de natureza econômica, social, material ou ambiental (PMI, 2018).

O projeto deve ser realizado em um conjunto de atividades independentes, mas de forma que sigam uma sequência predeterminada até o seu objetivo principal. “O objetivo do projeto é definido por meio do escopo, cronograma e custo, e para alcançá-lo precisa de recursos, tais como capital, pessoas, equipamentos, materiais, entre outros” (OLIVEIRA, 2013).

Os projetos possuem vários componentes chave que podem resultar na conclusão do objetivo de um projeto bem-sucedido, em “Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos (Guia PMBOK), de autoria de *Project Management Institute* – PMI (2018), apresenta esses componentes chaves, sendo eles:

- Ciclo de vida do projeto – são as fases que um projeto passa, indo do início ao fim do projeto;
- Fase do projeto – está relacionado ao conjunto de atividades realizados no projeto que resultam em uma ou mais entregas;
- Revisão de fase – a cada conclusão de uma fase, é realizada uma análise se deve ou não passar para a próxima fase, continuar com as modificações realizadas no projeto ou finalizar o projeto ou programa;
- Processo de gerenciamento de projetos – são processos independentes das fases do projeto, nesta etapa do processo de gerenciamento do projeto é agrupado em grupos de: iniciação, planejamento, execução, monitoramento e encerramento;
- Área de conhecimento em gerenciamento de projetos – Organiza os processos de gerenciamento de projetos em áreas do gerenciamento de projetos, esta área é definida pelo conhecimento e pelos processos que a compõem. Um projeto pode ser definido em uma ou mais área de conhecimento. O autor apresenta dez áreas do conhecimento, sendo gerenciamento de: integração do projeto, escopo do projeto, cronograma do projeto, custos do projeto, qualidade do projeto, recursos do projeto, comunicações do projeto, riscos do projeto, aquisições do projeto e das partes interessadas do projeto.

É importante destacar que o guia PMBOK contém um guia de conhecimento e boas práticas para a gestão de projetos, sendo possível aplicá-la em diversas áreas e processos na realização de projeto.

Uma das principais fases, o planejamento tem como objetivo, a construção do Plano de Implementação do projeto, que serve para nortear a realização do projeto dentro do tempo determinado, escopo e orçamento disponíveis (OLIVEIRA, 2015).

Como forma de avaliar os resultados de um projeto, utiliza-se indicadores que verificam se o resultado proposto conseguiu ou não ser concretizado. De acordo com Terribili Filho (2010, apud OLIVEIRA, 2015), existem quatro tipos de indicadores:

- Indicadores de impacto – este indicador é utilizado para avaliar se o projeto cumpriu o seu objetivo e obteve os impactos esperados;
- Indicadores de efetividade – utilizados para medir os efeitos relacionados aos resultados alcançados;

- Indicadores de desempenho – utilizados para medir se os resultados do projeto foram alcançados;
- Indicadores Operacionais – ajudam na monitoração e controle da execução do projeto.

A avaliação do projeto é o momento em que se analisa os resultados alcançados do projeto, ela deve acontecer de forma periódica e constante e pode ser realizada com os próprios responsáveis pelo projeto ou da instituição ou de forma participativa, em conjunto com o público. Entre as formas mais usuais de avaliação estão (SÃO PAULO, 2005):

- Avaliação de resultado – é um método de avaliação no qual se verifica o cumprimento dos objetivos e metas propostas;
- Avaliação de conteúdo – é um método no qual se utiliza a verificação de documentos escritos, ela pode ter uma abordagem quantitativa ou qualitativa;
- Avaliação de processo – consiste na verificação de como o projeto foi conduzido e a eficiência do método de trabalho utilizado para atingir os objetivos;
- Avaliação de impacto – Este método busca avaliar os impactos sociais e ambientais causados pelos objetivos do projeto em uma determinada área e no comportamento do público-alvo.

Por fim, a gestão de projetos pode ser aliada a sustentabilidade, levando em conta nos projetos, questões econômicas, sociais e ambientais. Segundo Dayer e Ritti (2018):

a relação entre a Gestão de Projetos e Sustentabilidade movimentos globais vêm surgindo com o objetivo de criar padrões e diretrizes para a condução de projetos considerando os princípios da sustentabilidade na gestão de projetos e garantindo que a visão dos impactos a longo prazo em processos ou produtos criados pelo projeto não tragam prejuízo às gerações futuras.

Entre estes movimentos, está o *Green Project Management*, no qual, através da metodologia *Project Integrating Sustainability Methods*, tem como objetivo, “reduzir os riscos dos projetos na perspectiva ambiental, social e econômica e expandir o domínio dos benefícios” (DAYER e RITTI, 2018).

#### 4 MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

O Ministério Público é instituição independente, sem vínculo com nenhum dos poderes da República, possuindo autonomia administrativa, financeira e funcional. A Constituição Federal, por meio do art. 127, incumbe a função da defesa da aplicação da lei, do estado democrático de direito e pela defesa dos interesses da sociedade.

O Ministério Público do Estado do Maranhão tem como patrono, o “Promotor Público”, Dr. Celso Magalhães, entre as diversas ações pelos direitos humanos, destaca-se o “Caso da Baronesa”, no qual levou a julgamento, no período escravagista, uma poderosa senhora da sociedade maranhense por assassinar um menino escravo de 8 anos (MPMA, 201?).

O Ministério Público do Estado do Maranhão tem como missão “servir à sociedade e garantir a cidadania, com base na promoção da justiça e da defesa da democracia” (MARANHÃO, 2020), visão “consolidar-se na sociedade como instituição de credibilidade, independente, inovadora e transformadora da realidade social” (MARANHÃO, 2020), valores “acessibilidade; celeridade; compromisso com o capital humano; eficiência, eficácia e efetividade; ética e integridade; proatividade e transparência” (MARANHÃO, 2020) e como princípios institucionais a Unidade, Indivisibilidade e Independência Funcional.

A instituição tem em seu quadro de pessoal composto por 31 procuradores de justiça, 292 promotores de justiça, 612 servidores ativos (136 analistas ministeriais, 456 técnicos



ministeriais e 20 auxiliares ministeriais), 529 servidores externos comissionados, 443 requisitados, 233 estagiários e 41 voluntários.

#### **4.1 Programa de gestão ambiental no Ministério Público do Estado do Maranhão**

A Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seu art. 225, §1º, incumbe ao Poder Público a proteção, educação e conscientização pública sobre a preservação do meio ambiente e no art. 129, que versa sobre as funções institucionais do Ministério Público, no inciso III, está a promoção da defesa do meio ambiente.

O Conselho Nacional do Ministério Público (BRASIL, 2007), através da Recomendação nº 6, recomenda aos Ministérios Públicos da União e Ministérios Públicos Estaduais a adoção de medidas administrativas sustentáveis, de forma a incentivar a conscientização institucional da preservação ambiental, devendo ser integradas por membros e servidores.

O Ministério Público do Estado do Maranhão, considerando a Constituição Federal de 1988 e a Recomendação nº 6, do Conselho Nacional do Ministério Público, institui no ano de 2016, pelo Ato nº 403/2016, o Programa de Gestão Ambiental Sustentável e a Comissão de Gestão Ambiental Sustentável.

O Programa de Gestão Ambiental Sustentável é apoiado por seis eixos de atuação (MPMA, [2020]):

- Uso racional dos recursos naturais e bens públicos;
- Gestão adequada de resíduos;
- Promoção da qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- Sensibilização e capacitação de membros, servidores e terceirizados;
- Realização de licitações sustentáveis;
- Obras e reformas sustentáveis.

No primeiro eixo de atuação, uso racional dos recursos naturais e bens públicos, tem como objetivo, a gestão dos gastos públicos, como o consumo consciente de recursos e bens públicos, tendo como consequência, a preservação do meio ambiente e a economia financeira (MPMA, 2017).

No segundo eixo, gestão adequada de resíduos, tem como objetivo otimizar a utilização dos resíduos através da utilização dos 5Rs: Repensar (as práticas em relação ao meio ambiente), Recusar (produtos que gerem impactos ao meio ambiente), Reduzir (o consumo para evitar o desperdício), Reutilizar (um produto, mesmo que seja para outra finalidade) e Reciclar (um produto para a fabricação de outro).

No terceiro eixo, promoção da qualidade de vida no ambiente de trabalho, tem como objetivo “conjuguar trabalho, lazer e saúde, melhorias nas relações interpessoais e o aumento da qualidade de vida, assegurando a satisfação pessoal dos membros, servidores e colaboradores” (MPMA, 2017).

No quarto eixo, sensibilização e capacitação de membros, servidores e terceirizados, tem como objetivo conscientizar sobre a preservação ambiental através de treinamentos, palestras e cursos.

No quinto eixo, realização de licitações sustentáveis, tem como objetivo a implantação dos preceitos de Licitações e Contratos Sustentáveis, garantindo a observância do art. 3 da Lei 8666/1993, que dispõem sobre “princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável” (BRASIL, 1993).

No sexto eixo, obras e reformas sustentáveis, tem como objetivo a utilização de critérios de sustentabilidade e utilização de materiais ecológicos em qualquer serviço realizado na instituição.

Em outubro de 2020, o Programa de Gestão Ambiental Sustentável do Ministério Público do Estado do Maranhão nomeado de INTEGRAR, passou a ser nomeado como INTEGRAR E FLORESCER, pois, “o programa busca não apenas INTEGRAR o corpo humano da instituição à causa ambiental, mas desenvolver ações internas que frutifiquem e se expandam, ou seja, FLORESCAM” (MPMA, [2020]).

A Comissão de Gestão Ambiental Sustentável, por meio da PORTARIA-GAB/PGJ – 85252020, é integrada por um membro do Colégio de Procuradores e atual presidente e mais 27 membros, entre diretores, coordenadores e servidores (MPMA, [2020]).

Entre as ações realizadas pelo programa, destaca-se:

- Campanha “Adote uma caneca” – Com o objetivo de reduzir a utilização de copos descartáveis pelos membros e servidores;
- Desafio Sustentável – Concurso no qual premia a unidade que atingir a maior redução de consumo de água e luz, em comparação ao mesmo período do ano anterior;
- Adesão a Agenda Ambiental na Administração Pública – Programa do Ministério do Meio Ambiente, no qual tem como objetivo, estimular a adoção de práticas sustentáveis por parte dos órgãos públicos;
- Adesão a Ecoliga – A Ecoliga é uma rede de cooperação entre órgãos públicos, visando fomentar práticas de gestão ambiental e desenvolvimento sustentável. A Ecoliga é composta pelo Ministério Público do Estado do Maranhão, Tribunal de Justiça do Maranhão, Tribunal Regional Eleitoral, Tribunal Regional do Trabalho, Justiça Federal, Universidade Federal do Maranhão, Tribunal de Contas do Estado, Universidade Estadual do Maranhão, Procuradoria Geral do Estado e Defensoria Pública do Estado;
- Compra compartilhada através da Ecoliga – Visando a redução de custos, a cada compra compartilhada, há um rodízio entre os órgãos para gerenciar o processo licitatório;
- Café sustentável – Em conjunto com a Universidade Estadual do Maranhão, é reutilizado a borra do café para compostagem e plantio de mudas de plantas. Essas plantas futuramente tem a destinação de serem plantadas na Procuradoria Geral de Justiça e também doação;
- Redução do consumo de papel A4 – A redução ocorreu através da revisão de documentos e impressão do modo frente e verso das folhas;
- Fornecimento de *toner* para impressora condicionado à entrega de relatório – Para o fornecimento de novos *toners*, é necessário entregar relatório de consumo obtido na própria impressora, para maximizar o seu aproveitamento;
- ECOCEMAR – Foi firmado um Termo de Parceria com a empresa Companhia Energética do Maranhão (atualmente denominada de Equatorial Energia), para coleta e destinação adequada de resíduos sólidos;
- Carona Solidária – Como forma de incentivo a caronas, foram criadas “vagas verdes”, no qual, são vagas com localização privilegiada aos motoristas que participam da campanha.

A princípio, o programa foi aplicado principalmente na Procuradoria Geral de Justiça, para depois ser ampliado para as demais unidades.

## 5 METODOLOGIA

Esta pesquisa teve como intuito analisar os resultados da aplicação do Programa de Gestão Ambiental Sustentável em duas das seis áreas, sendo a gestão adequada de resíduos

gerados e a sensibilização e capacitação dos servidores, dessa forma, busca saber como os integrantes do Ministério Público do Estado do Maranhão estão envolvidos com esse programa.

Esta pesquisa envolveu o levantamento de referencial bibliográfico, realizado através de livros, sites, monografias e artigos.

O presente trabalho é caracterizado como uma pesquisa descritiva, pois tem o objetivo de descrever as características de uma população (GIL, 2002). A abordagem da pesquisa foi do tipo quantitativa e qualitativa. Qualitativa pois segundo Prodanov e Freitas (2013), na pesquisa qualitativa o sujeito não pode ser traduzido em números, dessa forma, os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente, pois o processo e o seu significado são os focos principais de abordagem. A pesquisa quantitativa, segundo Farias Filho e Arruda Filho (2013), é uma forma de transformar opiniões e informações, em dados quantificáveis, podendo ser utilizados recursos e técnicas estatísticas.

Segundo Tripodi et al. (1975:42-71 apud MARCONI e LAKATOS, 2003), uma pesquisa quantitativa-descritiva pode ser dividida em três: estudo de verificação de hipótese; estudo de avaliação de programa; e estudo de descrição de população. Entre elas destaca-se o estudo de avaliação de programa, que está relacionado a procura dos efeitos e resultados de um programa ou método específico de atividades de serviços.

Quanto ao meio de investigação, se caracteriza como estudo de caso. Segundo Yin (2001), o estudo de caso contribui para compreensão de fenômenos individuais, sociais, organizacionais. Foi realizada pesquisa documental, no qual a fonte de dados está contida em documentos, como documentos de arquivos públicos e publicações. Por fim, foi realizado pesquisa em campo, pois, é um meio de se conseguir informações e/ou conhecimentos sobre determinado problema, ao qual se busca uma resposta ou novos fenômenos (MARCONI e LAKATOS, 2003).

Para a pesquisa de campo, foi utilizado para coleta de dados, questionários em formato *online*, pois no período em ocorreu a aplicação do questionário, encontrava-se no período da pandemia de COVID-19, o que impediu a aplicação presencial do questionário. O questionário foi enviado para membros (procuradores de justiça e promotores de justiça), servidores e demais colaboradores das unidades do Ministério Público do Estado do Maranhão, em São Luís, no estado do Maranhão, representando um total de 766 pessoas que constitui a população dessa pesquisa. Foram respondidos um total de 65 questionários, essa amostra apresenta confiabilidade de 90% e margem de erro de 9,8%.

O questionário é composto por perguntas do tipo múltipla escolha, que garantem fácil tabulação e exploração das respostas, aberta, pois possibilita investigações mais profundas e precisas, e perguntas de avaliação, no qual se tem um julgamento através de vários graus para determinada questão (MARCONI e LAKATOS, 2003).

Na pesquisa documental, foi analisado relatórios, portarias e atos da instituição, para composição da pesquisa e obter os impactos financeiros causado pelo programa.

## **6 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados desta pesquisa serão divididos em dois tópicos: impactos financeiros e impressão geral do Programa de Ambiental do Ministério Público do Maranhão.

### **6.1 Impactos financeiros**

Conforme o eixo gestão adequada de resíduos gerados, em que, além da importância da preservação ambiental, há também a importância da economia de gastos, desta forma, foram criadas ações como a campanha “Caneca Solidária”, para adoção de canecas, em substituição aos copos descartáveis, redução do consumo de papel A4, através da revisão de documentos e impressão frente e verso e fornecimento de *toner*, condicionado à entrega de relatório de

consumo da impressora. A instituição realizou o monitoramento semestral em todas as unidades. Para medir os impactos financeiros, foi apresentado o resultado no período do segundo semestre de 2016 ao segundo semestre de 2019.

Conforme a Tabela 1, ainda no segundo semestre de 2016, no início do programa, foram utilizados 5.051 pacotes com 100 unidades de copos descartáveis, no segundo semestre de 2017 foram utilizados 4.823, representando uma redução de 5%. Entre os anos de 2017 e 2018, houve uma redução de 40% e entre 2018 e 2019, houve mais uma redução de 38% na utilização de pacotes de copos.

Tabela 1 – Consumo semestral de corpos descartáveis (pacote com 100 unidades)

Local	2º/2016	1º/2017	2º/2017	1º/2018	2º/2018	1º/2019	2º/2019
Procuradoria Geral de Justiça	2.726	3.186	2.148	725	602	736	856
Promotorias da Capital	1.575	1.625	1.925	2.050	1.682	726	947
Promotorias do interior	750	700	750	702	425	350	225
<b>Total</b>	<b>5.051</b>	<b>5.511</b>	<b>4.823</b>	<b>3.477</b>	<b>2.709</b>	<b>1.812</b>	<b>2.028</b>

Fonte: Adaptado do Relatório de Atividades (2020).

Na Tabela 2, entre os anos de 2017 e 2018, houve redução substancial de 83%, mas entre 2018 e 2019, houve um aumento na utilização de 33%. Apesar de ter ocorrido um aumento entre 2018 e 2019, quando comparado entre 2017 e 2019, ainda demonstra uma grande redução de 78%.

Tabela 2 – Consumo semestral de água mineral em copo de 200 ml (unidade)

Local	2º/2016	1º/2017	2º/2017	1º/2018	2º/2018	1º/2019	2º/2019
Procuradoria Geral de Justiça	38.448	46.176	23.808	4.800	6.576	6.432	8.016
Promotorias da Capital	0	48	432	0	288	432	672
Promotorias do interior	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>38.448</b>	<b>46.224</b>	<b>24.240</b>	<b>4.800</b>	<b>6.864</b>	<b>6.864</b>	<b>8.688</b>

Fonte: Adaptado do Relatório de Atividades (2020).

Na Tabela 3, sobre o consumo de resmas de papel A4, apesar de que a maior redução ocorreu entre os anos de 2017 e 2018, cerca de 7%, na Procuradoria Geral de Justiça, entre os anos de 2017 e 2018, houve uma redução de 17%, exceto no primeiro semestre de 2019, houve uma redução gradual na utilização de resma de papel.

Tabela 3 – Consumo semestral de resma papel A4

Local	2º/2016	1º/2017	2º/2017	1º/2018	2º/2018	1º/2019	2º/2019
Procuradoria Geral de Justiça	2.716	2.135	2.150	1.876	1.664	1.909	1.643
Promotorias da Capital	1.115	1.550	1.020	1.454	1.297	1.666	1.489
Promotorias do interior	3.928	3.446	3.829	3.581	3.239	3.983	3.377
<b>Total</b>	<b>7.759</b>	<b>7.131</b>	<b>6.999</b>	<b>6.911</b>	<b>6.200</b>	<b>7.558</b>	<b>6.509</b>

Fonte: Adaptado do Relatório de Atividades (2020).

Na Tabela 4, sobre o uso de *toner* de impressora, apesar de ocorrer uma redução do consumo de 14%, entre os anos de 2017 e 2018, houve um aumento de 28,5% entre os anos de 2018 e 2019.

Tabela 4 – Consumo semestral de *toner* Samsung modelo 3710 (unidade)

Local	2º/2016	1º/2017	2º/2017	1º/2018	2º/2018	1º/2019	2º/2019
Procuradoria Geral de Justiça	64	50	49	53	36	53	46
Promotorias da Capital	58	69	41	78	44	84	115
Promotorias do interior	160	157	166	156	89	136	152
<b>Total</b>	<b>282</b>	<b>276</b>	<b>256</b>	<b>287</b>	<b>169</b>	<b>273</b>	<b>313</b>

Fonte: Adaptado do Relatório de Atividades (2020).

Na Tabela 5, sobre o *toner* de outro modelo, entre os anos de 2017 e 2018, houve uma redução de consumo de 18% e entre os anos de 2018 e 2019, houve uma redução de consumo de aproximadamente 12%.

Tabela 5 – Consumo semestral de *toner* Samsung modelo 3750 (unidade)

Local	2º/2016	1º/2017	2º/2017	1º/2018	2º/2018	1º/2019	2º/2019
Procuradoria Geral de Justiça	93	79	56	75	40	40	58
Promotorias da Capital	21	18	22	19	15	25	27
Promotorias do interior	141	163	141	140	102	103	92
<b>Total</b>	<b>255</b>	<b>260</b>	<b>219</b>	<b>234</b>	<b>157</b>	<b>168</b>	<b>177</b>

Fonte: Adaptado do Relatório de Atividades (2020).

Para melhor entendimento dos valores, foi utilizado o mesmo valor unitário entre 2017 e 2019, presente na Tabela 6.

Na Tabela 6, é possível perceber uma grande redução das despesas com materiais no ano de 2017, tendo uma economia de R\$ 57.897,29, quando comparado com 2018. No ano de 2019, somente o copo descartável e o *toner* Samsung 3750 obtiveram redução maior que nos anos anteriores, pois os outros itens tiveram um aumento em comparação ao ano de 2018, aumentando os custos em R\$ 14.753,50. Ao ser comparado com o ano de 2017, o ano de 2019 ainda apresenta uma economia de R\$ 43.143,79.

É importante destacar que na água mineral, em 2017, possuía um gasto aproximado dos copos descartáveis e mesmo com um leve aumento, continuou com um gasto menor, na comparação entre 2018 e 2019. Quanto ao aumento de um *toner* e redução de outro, poderia ser explicado com a maior impressão em um determinado modelo de impressora, reduzido o gasto com o outro modelo.

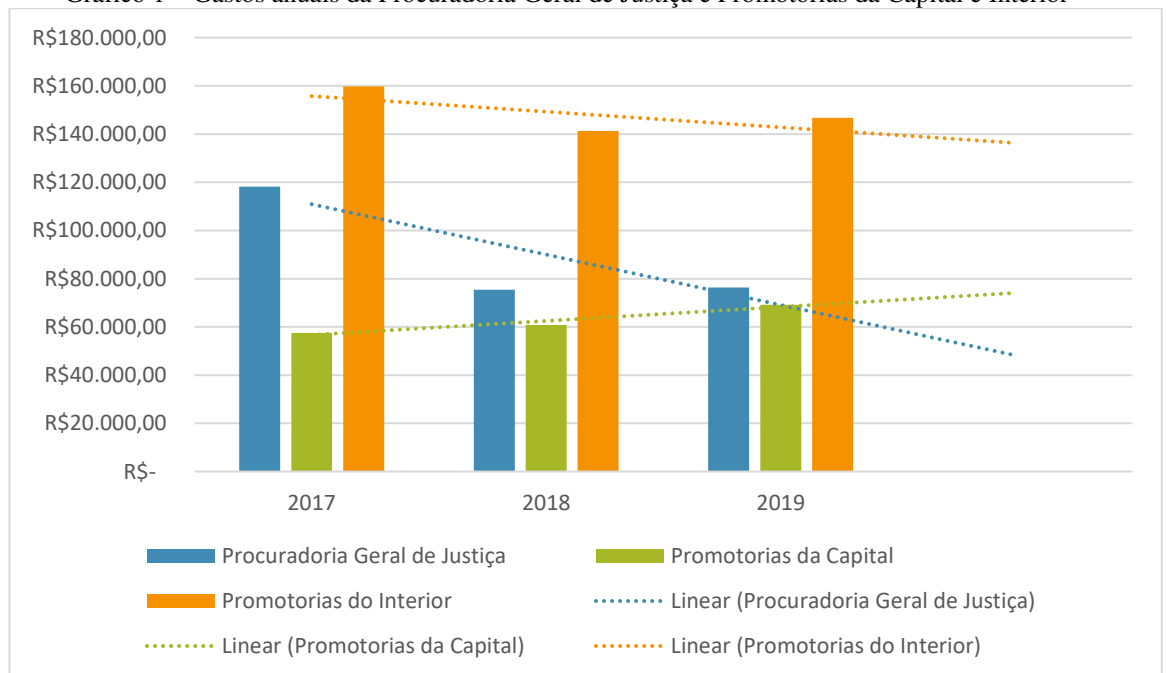
Tabela 6 – Gastos com itens de 2017 a 2019

Item (valor unitário)	2017	2018	2019
Copo descartável (R\$ 2,37)	R\$ 24.491,58	R\$ 14.660,82	R\$ 9.100,80
Água mineral em copo 200 ml (R\$ 0,34)	R\$ 23.957,76	R\$ 3.965,76	R\$ 5.287,68
Resma de papel (R\$ 14,67)	R\$ 207.287,10	R\$ 192.338,37	R\$ 206.362,89
Toner Samsung 3710 (R\$ 69,69)	R\$ 37.075,08	R\$ 31.778,64	R\$ 40.838,34
Toner Samsung 3750 (R\$ 88,97)	R\$ 42.616,63	R\$ 34.787,27	R\$ 30.694,65
<b>Total</b>	<b>R\$ 335.428,15</b>	<b>R\$ 277.530,86</b>	<b>R\$ 292.284,36</b>

Fonte: Autor (2020). Dados da pesquisa.

No Gráfico 1, a Procuradoria Geral de Justiça reduziu seus custos e vem mantendo reduzidos perto da faixa dos R\$ 80.000,00, nas Promotorias da Capital, de 2017 a 2019, vem apresentando um leve aumento dos gastos com materiais, e nas Promotorias do Interior, entre 2017 e 2018, houve uma redução de quase R\$ 20.000,00, mas em 2019 apresentou um leve aumento nos custos.

Gráfico 1 – Gastos anuais da Procuradoria Geral de Justiça e Promotorias da Capital e Interior



Fonte: Autor (2020). Dados da pesquisa.

É importante destacar que, a princípio, o programa teve mais ênfase na Procuradoria Geral de Justiça, além de que a comissão responsável pelo programa, também está lotada no local. Em relação as Promotorias do Interior, está contido todas as promotorias do interior do Maranhão, ficando a cargo de cada diretor das promotorias, a aplicação do programa de gestão ambiental.

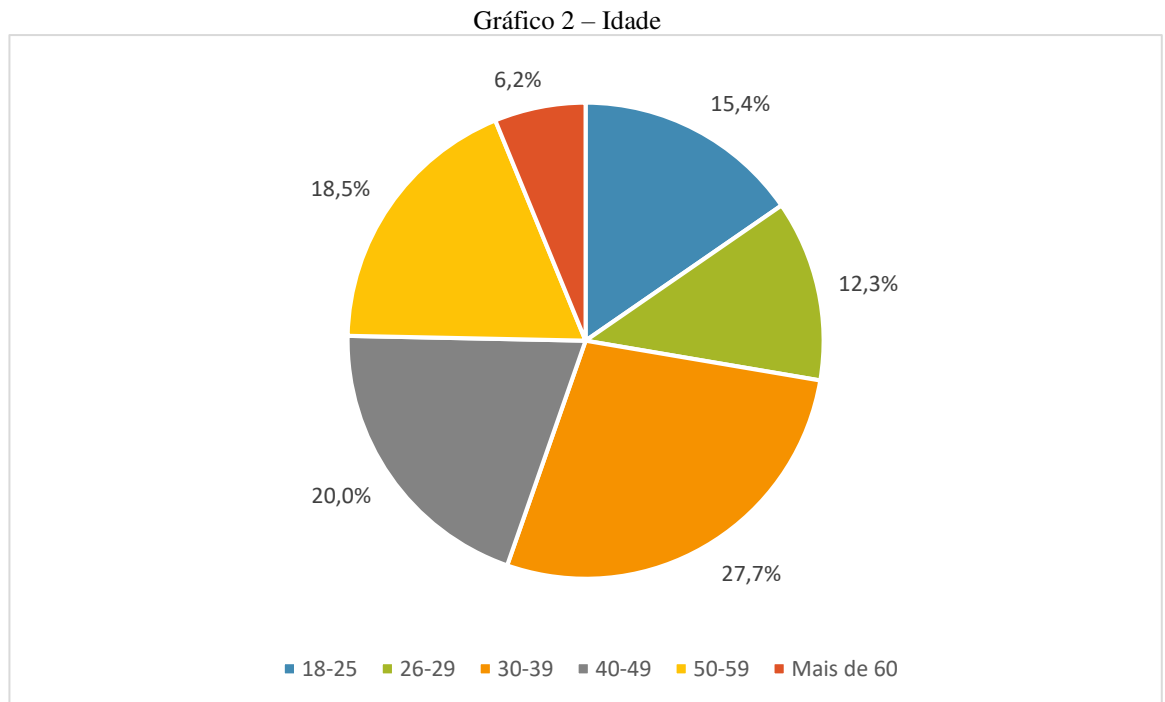
## 6.2 Percepção dos envolvidos quanto ao programa

Conforme o eixo sensibilização e capacitação dos servidores, no qual, a sensibilização e capacitação são formas para a propagação da consciência ambiental, será apresentado o

resultado dos dados coletados com servidores, estagiários e terceirizados sobre o programa de Gestão Ambiental Sustentável do Ministério Público do Estado do Maranhão.

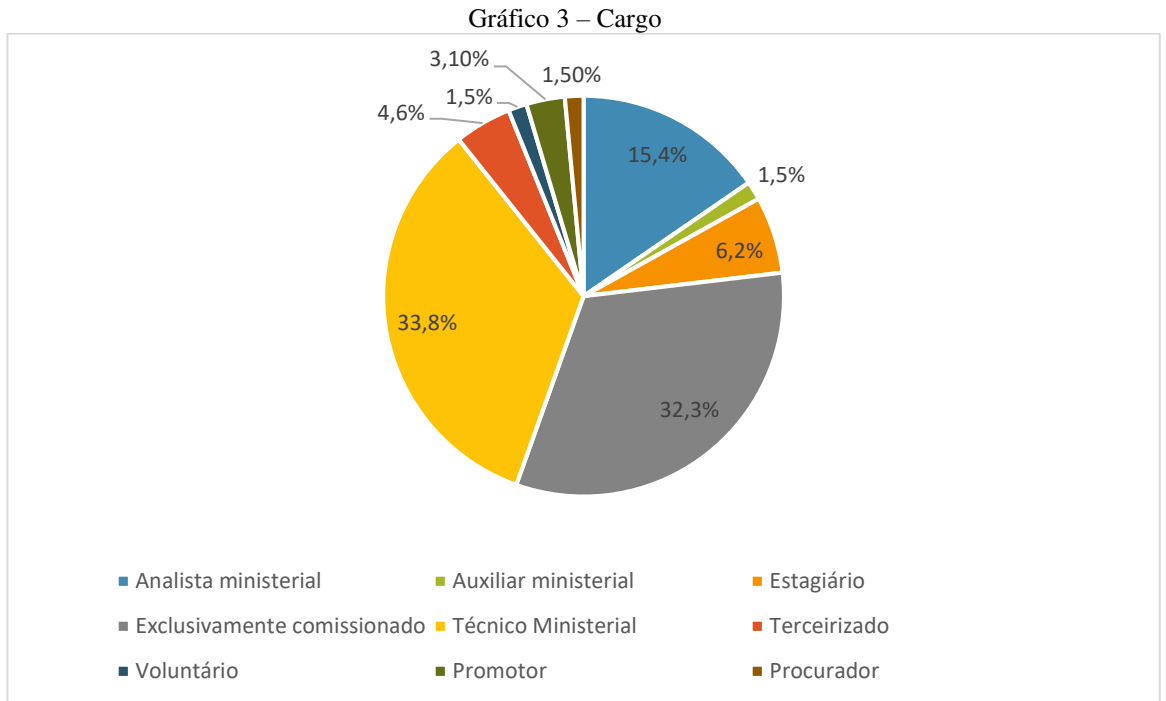
Foram contabilizados 65 questionários respondidos, sendo que 40 (61,5%) pessoas declararam se identificar com o gênero feminino, 22 (33,8%) pessoas declararam se identificar com o gênero masculino, dois (3,1%) pessoas declararam se identificar com os dois gêneros e uma (1,5%) pessoa preferiu não se identificar.

A maior parte dos respondentes pertencem ao grupo de 30 a 39 anos, com 27,7%, seguido do grupo de 40 a 49 anos, com 20%, conforme o Gráfico 2.



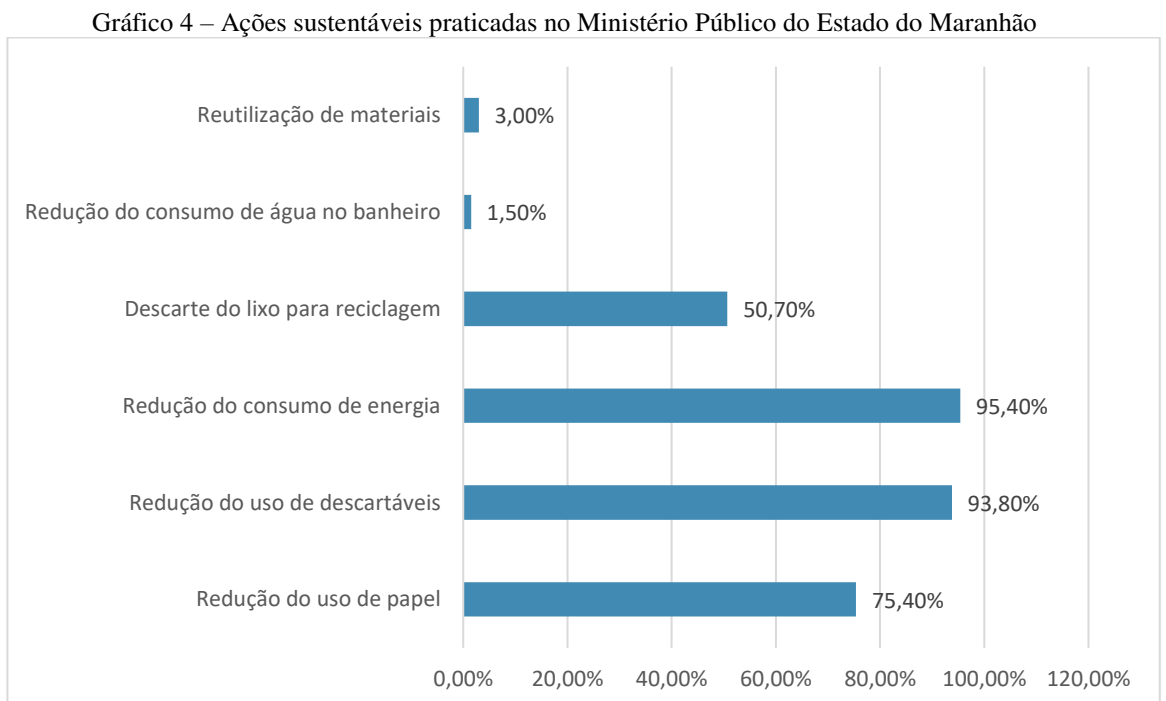
Fonte: Autor (2020). Dados da pesquisa.

No Gráfico 3, é possível perceber que técnico ministerial correspondeu pela maior parte dos respondentes, com 33,8%, seguido por exclusivamente comissionado, com 32,3% e analista ministerial, com 15,4%. Conforme o quadro de pessoal da instituição, esses cargos correspondem pela maior quantidade de pessoas por cargo.



Fonte: Autor (2020). Dados da pesquisa.

Conforme Gráfico 4, sobre as ações sustentáveis realizadas na instituição, mais de 90% dos respondentes praticam a redução do consumo de energia e do uso de descartáveis, seguido pela redução do uso de papel, com 75,4% dos respondentes. Os dados financeiros confirmam esse dado, pois houve redução significativa em água mineral, descartáveis e papéis.



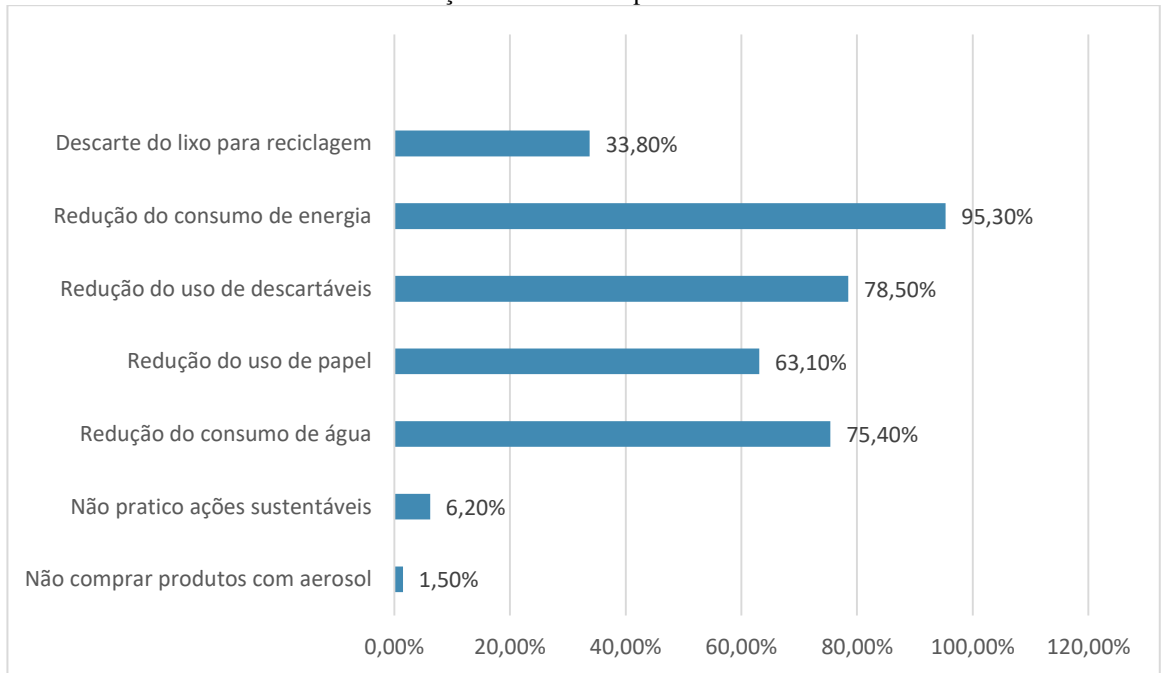
Fonte: Autor (2020). Dados da pesquisa.

Segundo Drunn et al. (2011), a prática da gestão ambiental tem como um de seus objetivos, a reeducação ambiental, dessa forma, é possível observar a adesão dos respondentes a ações sustentáveis, assim como no Gráfico 4, em que boa parte dos respondentes reduziram o consumo de energia no local de trabalho, e em casa também reduziram, conforme o Gráfico



5, 95,30% dos respondentes reduziram o consumo de energia. Em seguida, mais de 70% reduziram o consumo de água e de descartáveis.

Gráfico 5 – Ações sustentáveis praticadas em casa



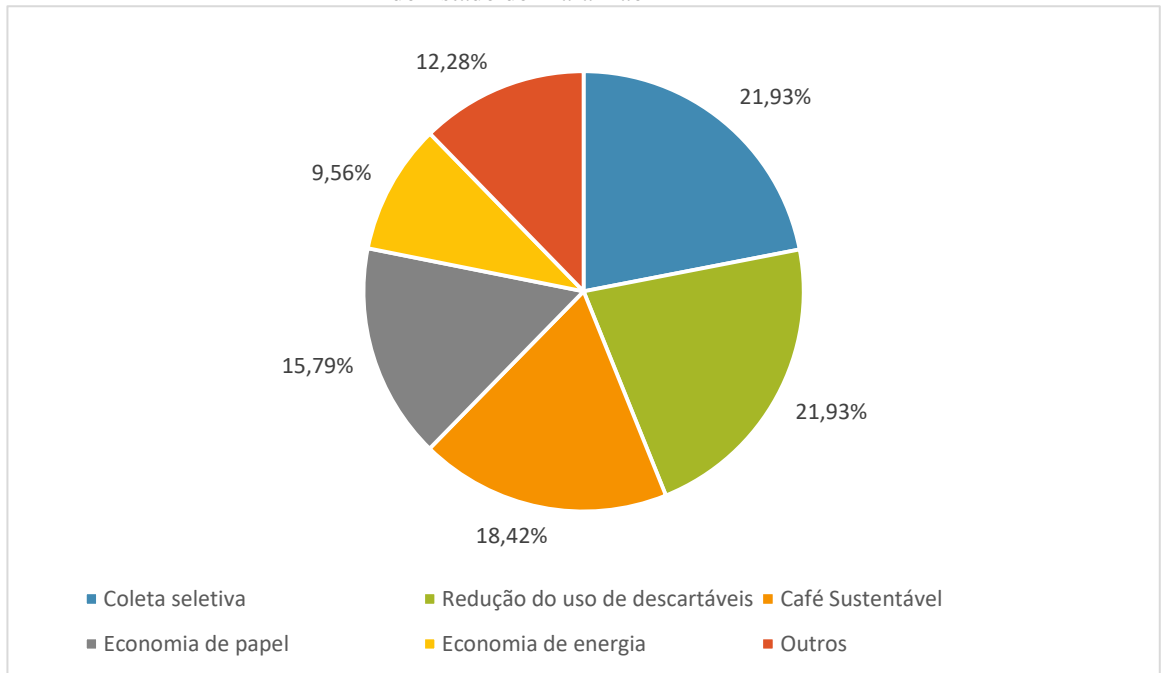
Fonte: Autor (2020). Dados da pesquisa.

Em relação a questão “Você conhece o Programa de Gestão Ambiental Sustentável do Ministério Público do Estado do Maranhão? ”, 74% responderam que conhecem o programa e 26% responderam que não conhecem o programa. Dos 26% que não conhecem o programa, está compreendido analista ministerial (1,5%), auxiliar ministerial (1,5%), estagiário (4,6%), exclusivamente ministerial (9,2%), técnico ministerial (6,1%) e terceirizado (3,1%), desta forma, demonstra a necessidade de maior divulgação do programa em todos os setores.

Na questão “Você conhece alguma prática ambiental sustentável realizada pelo MPMA? ”, 15% responderam “Não” e 85% responderam “Sim”. Aos 85% dos respondentes que responderam “Sim”, foi pedido que citassem quais práticas ambientais eles conheciam, conforme Gráfico 6. Apenas 6% dos que responderam “Sim” não citaram as práticas ambientais realizadas pela instituição.

Conforme o Gráfico 6, a coleta seletiva e redução do uso de descartáveis, estão empatados com 21,93% dos respondentes que conhecem essas práticas ambientais, logo em seguida, com 18,42%, está o Café Sustentável. É interessante notar que, no caso da Procuradoria Geral de Justiça, as divulgações dessas ações estão localizadas em locais de bastante movimentação, como no caso da redução de uso de descartáveis, que estão localizados próximos dos purificadores de água, o Café Sustentável está localizado no estacionamento e as lixeiras de descarte para reciclagem estão localizadas na entrada do prédio.

Gráfico 6 – Práticas ambientais conhecidas pelos respondentes que são realizadas no Ministério Público do Estado do Maranhão



Fonte: Autor (2020). Dados da pesquisa.

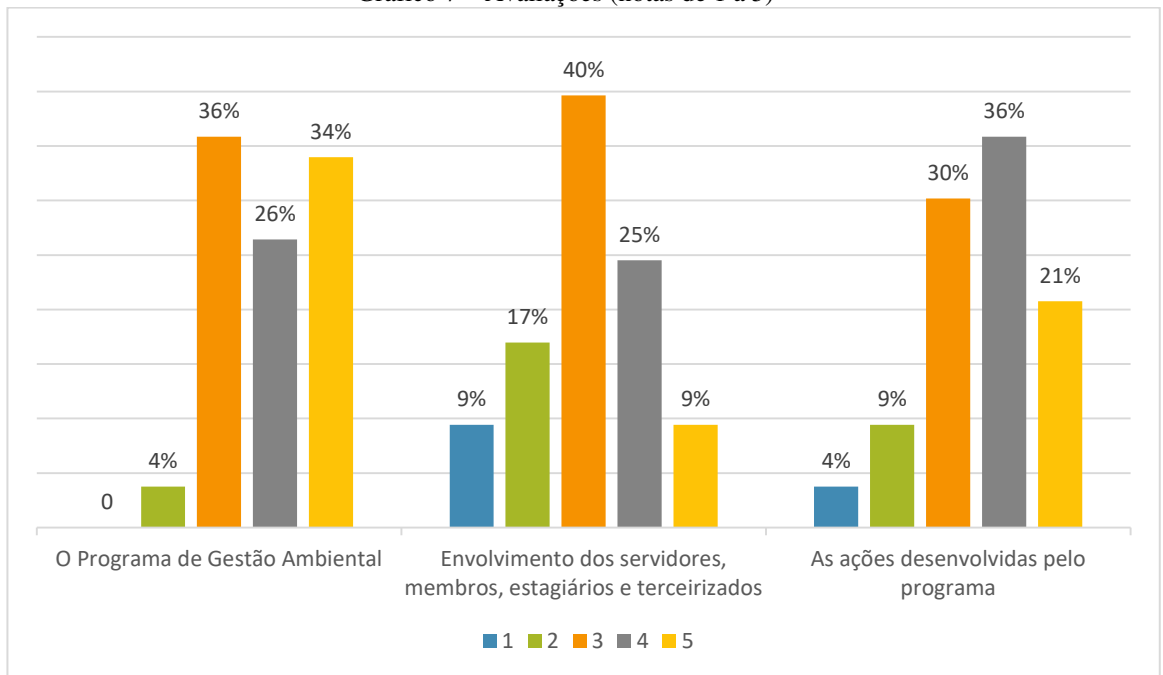
Avaliando de 1 a 5, o programa de gestão ambiental, recebeu notas de 4 e 5, equivalendo a 60% das notas, e a nota 3, equivale a 36%, possuindo uma nota média de 3,9. Quanto ao envolvimento dos servidores, membros, estagiários e terceirizados, as notas 4 e 5 representam 34% dos respondentes e a nota 3 representa 40%, possuindo uma nota média foi de 3,1. E, em relação as ações desenvolvidas pelo programa, as notas 4 e 5 correspondem a 57% das respostas e a nota 3 corresponde a 30%, possuindo uma nota média foi de 3,6, conforme Gráfico 7. Desta forma, percebe-se, de acordo com as notas dos respondentes, que o envolvimento ocorre de forma regular, enquanto que em relação ao programa e suas ações, obtiveram uma boa avaliação, mas que ainda precisam melhorar, tendo em vista a quantidade de avaliações de nota 3.

Em uma avaliação de projetos, para análise dos resultados alcançados, pode-se realizar de forma interna, entre os responsáveis pelo projeto ou da instituição ou de forma participativa.

Na questão “Qual a sua opinião sobre o Programa de Gestão Ambiental Sustentável do Ministério Público do Estado do Maranhão? ”, pode-se destacar entre os respondentes que atualmente o programa tem possui pouca divulgação e ainda falta mais envolvimento das pessoas, conforme as respostas de um dos participantes: “Bom programa, mas precisão maior divulgação, maior interação por parte dos servidores e membros”, outro participante também diz que:

O programa de gestão ambiental é uma excelente proposta para o ministério público, porém ainda falta a aproximação maior em relação aos membros e servidores quanto a realização das atividades desenvolvidas pelo programa. Se isto se tornasse uma rotina entre os servidores o impacto do programa seria muito maior, não beneficiando apenas a instituição. Além disso, estas práticas sustentáveis devem continuamente impactar a sociedade, estreitando a relação do MP com as comunidades vizinhas.

Gráfico 7 – Avaliações (notas de 1 a 5)



Fonte: Autor (2020). Dados da pesquisa.

Nas demais respostas, os participantes opinaram de forma positiva. De acordo com um dos participantes: “Um Programa de grande importância tendo em vista que o Ministério Público é um dos defensores do meio ambiente. Tal ação demonstra seu comprometimento em cuidar e zelar dos recursos naturais dentro e fora de sua estrutura física”, outro participante também opinou que é: “De extrema importância pois colabora com a preservação do meio ambiente e promove consciência coletiva para o desenvolvimento sustentável”.

Na questão “Em que o programa pode melhorar? ”, entre as principais melhorias que o programa deve ter, está relacionado a divulgação do programa, as suas metas e apresentação de resultados. Isto pode ser observado ao analisar que 26% dos respondentes ainda não conheciam o programa. Entre as ideias apresentadas para maior divulgação, está a divulgação nos elevadores e um aviso periódico com os dados de economia alcançados. Também foi sugerido novas campanhas de conscientização para as práticas ambientais.

A segunda melhoria mais citada que o programa deve ter, segundo os respondentes, está no envolvimento das pessoas que trabalham na instituição. Entre as sugestões de melhoria, está o desenvolvimento de mais ações que envolvam membros, servidores, estagiários, terceirizados e voluntários na melhoria e execução do programa. Por fim, um dos respondentes sugeriu que as práticas sustentáveis partir de cada setor/promotória: “Os chefes de setores/promotorias devem buscar incentivar seus subordinados às práticas de sustentabilidade para que os resultados sejam mais efetivos”.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a crescente preocupação da sociedade pelo meio ambiente e escassez de matérias-primas, empresas e instituições passam a ter que conciliar o crescimento econômico e social, em conjunto com a preservação ambiental, para isso, utilizam um sistema de gestão ambiental, seja por motivo legal ou para questões estratégicas da organização, de modo a atingir o nível de desempenho por ela determinado.

O Ministério Público do Estado do Maranhão, como defensor do Meio Ambiente, implantou em 2016, seu Programa de Gestão Ambiental Sustentável, no qual esta pesquisa teve como objetivo analisar os impactos gerados pelo programa de 2016 a 2017.

Para chegar ao objetivo final, foram sistematizados conceitos sobre gestão ambiental e sobre o programa de gestão ambiental do Ministério Público do Estado do Maranhão.

Quanto ao objetivo específico, medir os impactos financeiros, o engajamento e a impressão geral dos envolvidos com a implantação do programa, no período de 2016 a 2019, foi possível perceber que, entre 2017 e 2019, houve uma redução significativa de gastos, mas é importante continuar divulgando a necessidade de redução e utilização de somente o necessário, pois entre o ano de 2018 e 2019, houve um leve aumento dos custos com materiais. Percebeu-se que o engajamento com o programa ainda é algo que necessita melhorar, de acordo com as notas dos respondentes.

Os resultados provenientes dos questionários demonstraram que os respondentes praticam ações sustentáveis em seus locais de trabalho e em seus domicílios. Percebeu-se que grande parte dos respondentes conheciam o Programa de Gestão Ambiental Sustentável do Ministério Público do Estado do Maranhão, dessa forma, avaliando e apontando futuras melhorias para o programa.

Por fim, a pesquisa apresentou pontos a serem observados pela comissão de gestão ambiental, de acordo com a opinião dos respondentes, para melhoria do programa e maior envolvimento dos membros, servidores, estagiários, voluntários e terceirizados. É importante destacar a necessidade de realizar uma nova investigação das causas do aumento entre os anos de 2018 e 2019, conforme os dados apresentados.

## REFERÊNCIAS

BARBIERI, José Carlos. *Gestão Ambiental Empresarial: Conceitos, modelos e instrumentos*. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. *Recomendação nº 6, de 22 de outubro de 2007*. Brasília, DF: Conselho Nacional do Ministério Público. Disponível em: <<https://www.cnpm.mp.br/portal/images/Recomendacoes/Recomenda%C3%A7%C3%A3o-006.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 22 jun. 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm)>. Acesso em: 21 nov. 2020.

CAMPOS, L. M. S. et al. Relatório de sustentabilidade: perfil das organizações brasileiras e estrangeiras segundo o padrão da Global Reporting Initiative. *Gest. Prod.* [online]. 2013, vol.20, n.4, pp. 913-926. Epub Nov 26, 2013. ISSN 0104-530X.

COSTA FILHO, B. A.; ROSA, F. *MATURIDADE EM GESTÃO AMBIENTAL: REVISITANDO AS MELHORES PRÁTICAS*. REAd-Revista Eletrônica de Administração, v. 23, n. 2, p. 110-134, 2017.

DAYER, Luciane; RITTI, Ottavio. *A Gestão de Projetos nas Iniciativas de Sustentabilidade: Como as ações relacionadas à sustentabilidade podem ser inseridas nos grupos de processos do PMBOK*. **PMIRIO**, Rio de Janeiro. Disponível em:

<<https://www.pmirio.org.br/uploads/tinymce/files/GE%20Publica%C3%A7%C3%A3o%20-%20Artigo%20t%C3%A9cnico%20-%20A%20Gest%C3%A3o%20de%20Projetos%20nas%20Iniciativas%20de%20Sustentabilidade.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2020.

DRUNN, Kamila C.; et al. Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental nas Organizações. Revista Científica Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas da EDUVALE. Jaciara, Ano IV, nº6, 2011.

DUFFY, Mary. Gestão de Projetos. 5 ed. Rio de Janeiro: Campos Elsevier, 2006.

FARIAS FILHO, M. C.; ARRUDA FILHO, E. Planejamento da pesquisa científica. São Paulo: Atlas, 2013

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JABBOUR, C.J., TEIXEIRA, A.A. JABBOUR, A.B.L.S. (2013), “Treinamento ambiental em organizações com certificação ISO 14001: estudo de múltiplos casos e identificação de coevolução com a gestão ambiental”, Produção, Vol. 23 No. 1, pp. 80 94.

KEELING, R.; BRANCO, R. H. F. Gestão de Projetos: Uma abordagem global. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MARANHÃO. Ministério Público do Estado do Maranhão. Relatório de atividades. São Luís, MA. Disponível em:

<[https://www.mpma.mp.br/arquivos/transparencia/arquivos/12017\\_relatorio\\_de\\_atividades\\_d\\_o\\_mpma\\_2019\\_-\\_ano\\_2020.pdf](https://www.mpma.mp.br/arquivos/transparencia/arquivos/12017_relatorio_de_atividades_d_o_mpma_2019_-_ano_2020.pdf)>. Acesso em: 26 nov. 2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS; E. M. Metodologia científica. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENEGHETTI, Diego. O que foi a Eco-92? Super Interessante, 2012. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/o-que-foi-a-eco-92/>>. Acesso em: 23 nov. 2019.

MPMA. Eixos de atuação. Disponível em: <<https://www.mpma.mp.br/index.php/2017-01-18-16-55-14>> Acesso em: 21 nov. 2020.

MPMA. Institucional – O Ministério Público. Disponível em:

<<https://www.mpma.mp.br/index.php/institucional/o-ministerio-publico-2>> Acesso em: 26 nov. 2020.

MPMA. Portal da Transparência. Disponível em:

<<https://www.mpma.mp.br/index.php/principal-transparencia/menu-portal-transparencia-apresentacao>> Acesso em: 07 dez. 2020.

MPMA. Programa de Sustentabilidade Institucional. Disponível em:

<<https://mpma.mp.br/index.php/integrar>> Acesso em: 21 nov. 2020.

OLIVEIRA, D. S. Gestão de Projetos: Estudo de caso do projeto do SEBRAE-MA: Empreendedores do Segmento de Salões de Beleza em São Luís. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – UFMA, São Luís, 2019. Disponível em <<https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/963/1/TCC-DanielaSampaioOliveira.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

OLIVEIRA, Hermógenes J. Sá de. Guia de gerenciamento de projetos socioambientais. Belém: Instituto PEABIRU, 2015. Disponível em: <<https://institutopeabiru.files.wordpress.com/2014/01/guia-de-gerenciamento-de-projetos-socioambientais-100x150mm.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2020.

PLATAFORMA AGENDA 2030. Conheça a Agenda 2030: Conheça o plano de ação global para mudar o mundo até 2030. Disponível em: <<http://www.agenda2030.org.br/sobre/>> Acesso em: 03 dez. 2020.

PMI, Project Management Institute. Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (PMBok Guide). 6 ed. Project Management Institute, Four Campus Boulevard, Newtown Square, 2017.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental. Manual para Elaboração, Administração e Avaliação de Projetos Socioambientais / Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental. -- São Paulo: SMA / CPLEA, 2005.

SENADO FEDERAL. Da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, à Rio-92: agenda ambiental para os países e elaboração de documentos por Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Disponível em: <<https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-das-nacoes-unidas-para-o-meio-ambiente-humano-estocolmo-rio-92-agenda-ambiental-paises-elaboracao-documentos-comissao-mundial-sobre-meio-ambiente-e-desenvolvimento.aspx>> Acesso em: 03 dez. 2020.

SILVA, E. A.; FREIRE, O. B. L.; SILVA, F. Q. Os indicadores de sustentabilidade como instrumentos de gestão: uma análise da GRI, ETHOS e ISE. Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade (GeAS), vol. 3, n. 1, p.130-148, 2014.

YIN, R. Y. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

**APÊNDICE A – Modelo de questionário aplicado**

**PESQUISA SOBRE O PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO**

Esta pesquisa acadêmica servirá para composição de um artigo para Trabalho de Conclusão de Curso - TCC de Administração, e para isso, preciso de sua colaboração respondendo estas perguntas sobre o Programa de Gestão Ambiental Sustentável do Ministério Público do Estado do Maranhão.

Nenhuma informação pessoal será solicitada e os respondentes não serão identificados.

Agradeço a sua colaboração.

Qual é a sua idade? \*

18-25  26-29  30-39  40-49  50-59  Mais de 59

Com qual gênero você melhor se identifica? \*

Masculino  Feminino  Prefiro não responder  Outro: \_\_\_\_\_

Cargo

Procurador  Promotor  Analista Ministerial  Técnico Ministerial  
 Auxiliar Ministerial  Exclusivamente Comissionado  Servidor Cedido  Estagiário  
 Voluntário  Terceirizado

Cidade/Estado \*

\_\_\_\_\_

Que tipo de ações sustentáveis você pratica no MPMA? \*

Descarte do lixo para reciclagem.  
 Redução do consumo de energia (ex: desligar a lâmpada ao sair do ambiente, desligar o monitor quando não estiver utilizando o computador).  
 Redução do uso de descartáveis.  
 Redução do uso de papel.  
 Não pratico ações sustentáveis.  
 Outro: \_\_\_\_\_

Que tipo de ações sustentáveis você pratica em casa? \*

- Descarte do lixo para reciclagem.
- Redução do consumo de energia.
- Redução do uso de descartáveis.
- Redução do uso de papel.
- Redução do consumo de água.
- Não pratico ações sustentáveis.
- Outro: \_\_\_\_\_

O Programa de Gestão Ambiental Sustentável tem como objetivo, implementar uma gestão socioambiental nas rotinas administrativas e operacionais, dessa forma, o programa atua nas seguintes ações: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão adequada de resíduos; promoção da qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação de membros, servidores e terceirizados; realização de licitações sustentáveis e obras e reformas sustentáveis (Art. 1º, Ato 403/2016).

Você conhece o Programa de Gestão Ambiental Sustentável do Ministério Público do Estado do Maranhão? \*

- Sim  Não

Você conhece alguma prática ambiental sustentável realizada pelo MPMA? \*

Práticas ambientais tem como objetivo reduzir os impactos ambientais e custos de uma instituição (ex: coleta seletiva de resíduos, redução de papel, eliminação de desperdícios, etc.).

- Sim  Não

Caso positivo, cite-as.

---

Avalie em uma escala de 1 a 5.

O Programa de Gestão Ambiental do MPMA.  1  2  3  4  5

Envolvimento dos servidores, membros, estagiários e terceirizados.  1  2  3  4  5

As ações desenvolvidas pelo programa.  1  2  3  4  5



Qual a sua opinião sobre o Programa de Gestão Ambiental Sustentável do Ministério Público do Estado do Maranhão?

---

Em que o programa pode melhorar?

---